TL 1483

TIMOR-LESTE NA ENCRUZILHADA

Os militares de Jacarta, desde o primeiro momento da ocupação de Timor-Leste sempre procuraram pretextos para legitimar a política de anexação, que se expressa nestas três ideias centrais: (1) Timor-Leste não tem capacidade económica, nem recursos humanos que lhe permitam sobreviver como país independente, (2) a perspectiva de uma sangrenta guerra fratricida na sequência de um eventual referendo e (3) o fantasma da desintegração da República da Indonésia se Timor-Leste se tornar independente.

É ridículo afirmar que Timor-Leste não tem capacidade económica para sobreviver quando Jacarta e Camberra conspiram, exploram ilegalmente, o petróleo do mar de Timor. Esta propaganda foi deitada abaixo pelo economista e investigador sénior Timorense, João Mariano de Sousa Saldanha: *«Many people think that East Timor has no natural resources, let alone human and capital resources. Therefore, because of this, it must associate itself with a rich country in order to get assistance and subsidies in order to survive. This analysis is not correct because there are studies, showing the contrary, especially a study carried out by the Allied Mining Corporation which concludede that East timor has a number of untapped natural resources»* (Saldanha, The East Timor Project, Volume 1, 1995:77). Saldanha afirma ainda que devido ao limitadíssimo número de livros e artigos sobre a potencialidade económica de Timor-Leste levou muitas pessoas a acreditar que o território não tinha recursos naturais. Quanto aos recursos humanos, nos anos de 70 a Indonésia tinha razão, ao afirmar que ao longo de 450 anos de colonização portuguesa, a «missão civilizadora» apenas tinha formado dois timorenses. Depois de 23 anos, a própria Indonésia já formou quase mil timorenses em áreas diferentes. E ainda hoje, alguns Timorenses continuam de se formar na Austrália, Nova Zelândia, Portugal, Moçambique e Estados Unidos. No entanto, hoje continua de afirmar que os timorenses não tem recursos humanos, esta declaração está fora da actualidade. Claro que Timor-Leste precisa de mais quadros formados para desenvolver o território. Numa entrevista a um canal televisivo português, RPT, transmitido no mês de Agosto de 1998, o Presidente Habibie afirmou que *«na altura da proclamação da independência da Indonésia o número de licenciados nem enchia um autocarro»*. Comparando com o número de formados Timorenses, verificamos que já é o suficiente para formar e gerir um Estado.

Sobre a perspectiva de uma sangrenta guerra fratricida na sequência de um eventual referendo, na opinião do autor, isso não passa de uma propaganda. Nos anos de 1975 houve uma curta guerra civil em Timor-Leste e esta guerra foi criada a 95% pela própria Indonésia para servir como pretexto

de tomar o território. Ao longo dessas duas décadas houve tensões, divergências e conflitos entre os Timorenses porque estes foram incentivados e criados pelas forças de Jacarta para justificar a sua presença no território. Basta-nos ver, depois da queda do Soeharto e da redução do papel dos militares na vida política timorense, nunca mais houve tensões. Portanto, não acredito numa guerra fratricida em Timor-Leste na sequência de um referendo. Se alguém hoje ainda está com dúvidas, pode ficar descansado porque a Convenção Nacional dos Timorenses na Diáspora da qual resultou uma Carta Magna e uma estrutura equilibrada e representativa que se impõe como uma garantia. Vejamos as figuras como Abel Belo, Francisco Carvalho Lopes, Manuel Carrascalão e Raul Isac eram dirigentes dos partidos que anteriormente defendiam tenazmente a integração, hoje estão todos na direcção máxima da Resistência é a prova da verdadeira Unidade Nacional.

A tese de que Timor-Leste ao tornar-se independente provocará a desintegração da República da Indonésia ou inspirará movimentos independentistas indonésios, é um fantasma que não tem qualquer fundamento lógico, porque os movimentos separatistas da Indonésia já existiam nos anos de 1960 antes do vento da democracia da Revolução de 25 de Abril soprado até Timor-Leste. Além disso, Timor-Leste nunca fez parte da Indonésia, por isso é disparate relacionar a questão de Timor-Leste com os movimentos separatistas da Indonésia. Jacarta pretende criar este fantasma para obter o apoio do povo indonésio para impedir a independência de Timor-Leste. Mas esquece-se de que quando tenta relacionar este argumento com a questão de Timor-Leste, as próprias autoridades de Jacarta estão a abrir uma via para a desintegração da indonésia.

A emergência dos movimentos separatistas na Indonésia foi fruto da eliminação forçada do sistema de federação substituindo-o pelo Estado Unitário que apenas beneficia os senhores do centro das decisões em Java. Portanto Jacarta se tivesse a coragem de tomar a decisão de regressar para o sistema de federação como se previa no início da proclamação da independência, tenho a certeza de que não provocará a desintegração da República da Indonésia.

Com a queda do ditador Soeharto surgiram algumas mudanças na vida política e social da Indonésia. Mas será estas mudanças a favor dos timorenses? Eis a questão!

A Indonésia apresentou uma proposta de autonomia especial como solução final para a questão de Timor-Leste. A proposta foi discutida entre o Governo Português e a Indonésia em Nova York nos dias 4 e 5 de Agosto. Nenhuma das partes, no entanto, renunciou aos seus princípios de base. Entretanto chegaram alguns pontos de acordos, que são, pelo vistos encorajadores. Aliás, alguns desses pontos correspondem ao Plano de Paz do extinto CNRM.

As propostas que sirvam para a solução pacífica da questão de Timor-Leste sejam bem vindas embora transportam cargas políticas diferentes. Estas diferenças são aceitáveis dada ao condicionalismo político de cada parte. O que é importante todas as partes aceitassem de sentar-se à mesa e discutir em conjunto as propostas apresentadas para encontrar uma saída que satisfazem todas as partes em conflito.

Além da proposta da Indonésia, a ONU está também preparar uma proposta de autonomia para o território na qual adoptando os modelos das Ilhas Cook, Aruba e Hong Kong (Público, 28/8/98).

A Resistência já reagiu perante estas propostas como escreve o Vice-Presidente do CNRT, José Ramos Horta: *«Um estatuto especial para Timor-Leste com uma ampla autonomia, incluindo necessariamente poder de legislação sobre política Económica e fiscal, poderá ser aceitável para o povo de Timor-Leste desde que esse projecto faça parte de todo um processo de transição com garantias internacionais. Não será exequível politicamente qualquer esquema político que, à partida, condene o povo timorenses a continuar sob o jugo indonésia»* (Público, 9/9/98).

É necessário evidenciar desde já, de que as Ilhas Cook, Aruba e Hong Kong eram simples colónias da Nova Zelandia, Holanda e Grã-Bretanha. Enquanto a situação de Timor-Leste é muito diferente porque a ONU ainda reconhece Portugal como Potência Administrante por um lado e por outro, o território está ocupado pelos militares de Jacarta. Existe casos semelhantes de Timor-Leste como o caso de Sahara Ocidental, mas a sua solução não passa por uma autonomia. A questão de Timor-Leste tornou-se um pouco complicado porque a ONU tem uma tendência de aceitar a discutir a proposta de autonomia apresentada pela Indonésia que não o deveria fê-lo. A questão é que a Indonésia não é Potência Administrante e esta papel deveria ser protagonizada por Portugal. A ONU devia encorajar a Indonésia a aceitar a realização de um referendo como o que está propor ao governo Marroquina e Sahara Ocidental. Mas não o fez, complicou cada vez mais a questão mauberiana.

Estamos perante uma encruzilhada, entre a esperança e os riscos. Esperança porque o envolvimento do Secretário Geral da ONU está cada vez mais activo e a Indonésia também está flexibilizar a sua posição, embora condicionando com os seus próprios interesses. Mas também enfrentamos riscos porque as propostas tanto da ONU como da Indonésia ainda não são transparentes sobre a própria autonomia. As autoridades de Jacarta pouco adiantaram do esquema que têm em mente sobre a autonomia e a proposta da ONU também ainda não está claro. Todos afirmaram de que a autonomia funciona dentro do quadro do direito internacional, porém ainda não foi definido. Segundo as fontes credíveis de que Jacarta pretende reserva-se o domínio das decisões em matéria de defesa e política externa assim como da política económica, designadamente a política fiscal.

Hoje dá a impressão de que a Resistência muitas vezes apenas reage às propostas feitas pela Indonésia, mas a própria Resistência, depois da queda de Soeharto ainda não apresentou novas propostas. Sendo Timor-Leste candidato de um Estado independente, a Resistência deveria apresentar a sua própria proposta. Claro que existe o Plano da Paz do extinto CNRM que pode servir de referência, mas este necessita ser actualização. O plano tem de ser apresentado às Nações Unidas e Portugal, enquanto Potência Administrante e negociá-lo com a Indonésia, Potência ocupante . Não tenho dúvida de que a Indonésia vai continuar a recusar sentar-se à mesa e dialogar com a Resistência porque a actual situação política não está a favor da política inflexível de Jacarta.

Se aceitamos a proposta das Nações Unidas de que a defesa e política externa serão da responsabilidade do Governo Central, como os modelos das Ilhas Cook, Hong Kong e Aruba, pergunto-me: a que governo será submetido o território de Timor-Leste? Se obtamos por uma autonomia sob a administração da Indonésia, mesmo apenas durante um período de transição, qual será o papel de Portugal? Não implica isso a retirada do poder à Potência Administrante e legitimar a política de anexação? Está opção no ponto de vista jurídico não é possível. E Timor-Leste se submetesse a Portugal será, esta opção, aceite pela Indonésia? Possivelmente a Indonésia não aceitara, mas dentro da legalidade internacional e no seguimento da proposta da ONU, Portugal como Potência Administrante poderia então actuar como a Nova Zelândia, Holanda e China em Timor-Leste. Ou optamos por uma autonomia sob a supervisão das Nações Unidas? Esta alternativa seria uma solução plausível se todas as partes envolvidas aceitassem. Assim, a resolução da questão de Timor-Leste ficaria mais fácil. Mas duvido que a Indonésia aceite esta opção facilmente. Ou adaptamos o modelo da Palestina? O modelo Palestino é um processo mais avançado comparado com os das ilhas Cook, Aruba e Hong Kong pois a própria Autoridade Palestina responsabiliza-se também pelos assuntos da política externa. A Indonésia não irá aceitar esta opção a não ser que Jacarta esteja a pensar dar a independência a Timor-Leste sem a realização de um referendo. Uma última alternativa no ponto de vista do autor, dada a complexidade da questão de Timor-Leste, caso a Indonésia não aceitasse as alternativas acima expostas, poderemos procurar outros caminhos mais cómodo que satisfaçam todas as partes envolvidas. Uma opção na opinião do autor (talvez não aceite pela Resistência) mais cómodo é criar um Alto Comissário constituído pela Indonésia e Portugal que se responsabilize pela área da política externa. E esta Comissão funcionaria sob a supervisão do Secretário Geral da ONU. Quanto a questão da defesa, numa autonomia transitória, julgo que não é necessário discutir e negociá-la, porque não é muito importante. Basta criar uma força policial constituída pelas forças da Nações Unidas, na qual se integrariam um certo número de polícias indonésios, portugueses e Timorenses para assegurar a estabilidade dentro do período de transição.

No período de transição estabelecer-se-ão uma Assembleia Legislativa e um Governo Transitório que assegura as áreas de economia, fiscalidade, jurisdição, política, educação assim como as áreas socioculturais. Os que fazem parte da Assembleia Legislativo e do Governo Transitório, são Timorenses de acordo com a definição consignados no Estatuto Orgânico do CNRT aprovado em Peniche.

O Governo Transitório de Timor-Leste defenderia o poder total de negociar os acordos comercias com as instituições internacionais e planear a exploração dos recursos naturais do território com fim para o desenvolvimento de Timor-Leste.

A língua oficial e a nacionalidade constituem outros pontos de discussão. Poder-se-á optar pelas línguas Portuguesa e Bahasa Indonésia como línguas oficiais no período de transição. A língua Tetum continua empenhar um papel importante na comunicação formal e informal, necessitando assim o seu desenvolvimento para que no futuro poderá tornar-se a língua oficial nos próximos 50 anos caso o povo de Timor-Leste optasse a independência. Os timorenses poderão obter duplas nacionalidades: portuguesa e indonésia.

Outro ponto importante e tem de ser fixado de antemão, é o tempo da duração do período de transição. Seria adequado 5 anos no máximo. Dentro destes 5 anos Portugal e Indonésia deveriam contribuir para o desenvolvimento de infra e supra-estruturas do território. O período de transição servirá também como uma fase de harmonização entre todas as partes envolvidas no conflito para que no referendo os votos exercidos não sejam influênciados pelos espíritos de vinganças mas brotem-se de espírito da maturidade política e maior responsabilidade.

Aceitamos qualquer tipo de autonomia no contexto internacional exclusivamente como uma fase de transição, caso esta funciona-se como um corredor em direcção à autodeterminação. Não podemos desviar-nos do referendo pois este é o único instrumento legal que possa determinar o estatuto político do território onde cada cidadão timorense expressa a sua opção democraticamente. Qualquer que seja o resultado do referendo: independência, integração na Indonésia ou livre associação com Portugal, todas as partes envolvidas terão de respeita-lo.

O tempo muda as vontades também mudam. Oxalá as autoridades de Jacarta com inteligência compreendam as mudanças e os gestos de paz feitos pelos Timorenses, e que estas permitam uma solução pacífica, democrática e internacionalmente aceite para a questão de Timor-Leste.

Carlos da Silva Lopes
Secretário da DIGAREX